

## TERRITÓRIO: Uma revisão teórico-conceitual

**Marcos Nicolau Santos da Silva**

Doutorando e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.  
Professor Assistente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia da Universidade  
Federal do Maranhão – UFMA/Campus de Grajaú.  
marcos.nicolau@yahoo.com.br

### RESUMO

Este artigo faz uma abordagem teórica e conceitual acerca do território, abordando os enfoques material e simbólico-cultural. O objetivo desse trabalho é refletir teoricamente sobre as diferentes vertentes conceituais e concepções de território presentes hoje na Geografia. A metodologia é constituída por uma revisão bibliográfica, baseando-se principalmente nos seguintes autores: Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (1995, 1997, 2006a, 2006b, 2007) e Marcos Saquet (2007). O arcabouço teórico foi utilizado para dar suporte à dissertação de mestrado intitulada: “Entre brejos, grotas e chapadas: o campesinato sertanejo e o extrativismo do pequi nos cerrados de Minas Gerais”. Dessa forma, a base teórica foi desenvolvida pensando no território sertanejo de Minas Gerais, onde a relação natureza-sociedade combina materialismo e idealismo, sendo possível estabelecer um diálogo entre as diferentes dimensões do território: natural, econômica, política e cultural.

**Palavras-chave:** Território; Territorialidade; Material-simbólico.

### TERRITORY: A theoretical and conceptual review

#### ABSTRACT

This article presents a theoretical and conceptual approach about the territory, addressing the material and symbolic-cultural approaches. The objective of this paper is to reflect theoretically on the different conceptual aspects and concepts of territory present today in geography. The methodology consists of a literature review, based on the following authors: Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (1995, 1997, 2006a, 2006b, 2007) and Marcos Saquet (2007). The theoretical framework was used to support dissertation entitled: "Among marshes, grotas and chapadas: the sertanejo peasantry and the extraction of the pequi in the savannas of Minas Gerais." Thus, the theoretical basis was developed considering the sertanejo territory of Minas Gerais, where the relationship between nature and society combines materialism and idealism, it is possible to establish a dialogue between the different dimensions of the territory: natural, economic, political and cultural.

**Keywords:** Territory; Territoriality; Material-symbolic.

## INTRODUÇÃO

Quando a gente faz falar o território – que é um trabalho que creio que é o nosso, fazer falar o território, como os psicólogos fazem falar a alma, como o Darcy Ribeiro quis fazer falar o povo, como o Celso Furtado quis falar a economia –, o território também pode aparecer como uma voz. E, como do território não escapa nada, todas as pessoas estão nele, todas as empresas, não importa o tamanho, estão nele, todas as instituições também, então o território é um lugar privilegiado para interpretar o país.

*Milton Santos. In: Caros Amigos, 1998, n. 17.*

O território é o conceito central mais utilizado atualmente em muitos países da Europa e na América Latina, inclusive no Brasil. Neste trabalho, priorizamos um enfoque sob o território, não apenas por ser ele o conceito mais trabalhado entre os geógrafos brasileiros, nem pela vasta bibliografia nacional e internacional disponível, mas porque encontramos no território uma flexibilidade em ser tratado como categoria de análise e da prática. Vemos o território para além de fronteiras e limites definidos, pois acreditamos que aqueles que delimitam os territórios acabam delimitando a sua capacidade de reflexão teórica e fechando fronteiras que não se fecham, porque o território é aberto, sendo, assim, sinônimo de liberdade.

Este artigo é uma revisão teórico-conceitual do território enquanto uma categoria central nos estudos geográficos e aborda desde o enfoque material ao simbólico-cultural. Nesse sentido, o conceito de território é aqui analisado sob uma abordagem materialista e outra idealista, passando por diferentes concepções de território. Essa análise é pautada principalmente em teóricos como: Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (1995, 1997, 2006a, 2006b, 2007) e Marcos Saquet (2007).

Assim sendo, o referido artigo propõe como objetivo fazer uma reflexão teórica que aborde as diferentes vertentes conceituais e concepções de território. O mesmo trabalho é parte da discussão teórica da dissertação de mestrado, defendida no ano de 2011, no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada: “Entre brejos, grotas e chapadas: o campesinato sertanejo e o extrativismo do pequi nos cerrados de Minas Gerais”. A mesma discutiu as relações sociais, econômicas e culturais engendradas pelo extrativismo do pequi (*Caryocar Brasiliense* Camb.) nos territórios de cerrados do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha. Território este que se revelou como “aberto” e cujo significado terra-propriedade-território extrapola as cercas que cerceiam as propriedades camponesas. Nesse sentido, o território camponês de coleta do pequi no sertão de Minas Gerais é livre, aberto, sinônimo de liberdade, porém com regras de uso.

Inicialmente, o artigo apresenta-se estruturado em três partes: a primeira, discute a gênese do conceito de território e sua redescoberta, servindo de base conceitual de diversos estudos na Geografia e nas outras ciências sociais e humanas. Em seguida, são apresentadas algumas definições para o território e a territorialidade, bem como a inter-relação entre o território funcional e o território simbólico. Na terceira parte, o território é abordado sob diferentes concepções, destacando as quatro abordagens: natural, econômica, política e cultural; ademais, discute-se o território a partir da perspectiva integradora e relacional, esta, sendo a mais utilizada na Geografia hoje.

## DA GÊNESE À ATUALIDADE DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

Pesquisando em um dicionário escolar, encontramos designações bastante vagas para explicar o termo “território”. Numa primeira definição, o termo se refere a uma “extensão considerável de terra”, na qual percebemos que há uma imprecisão quanto à

abrangência dessa porção de terra e que não se refere a objetos e sujeitos que compõem o território; a segunda definição afirma ser o território “a área de um país, província, etc.”, isto é, ele é entendido como um espaço de domínio jurídico-político que se manifesta na divisão entre país, estados e municípios. Por último, o território é definido como a base geográfica do Estado, correspondente a solo, rios, lagos, baías, portos, entre outros, sobre a qual exerce ele a sua soberania. Significa uma definição muito condizente com os países que fizeram a organização do seu Estado nacional, buscando identificar seus recursos naturais e suas fronteiras. Também é uma definição bastante política, concreta, a qual vai ao encontro da formação dos Estados, sendo, portanto, o território no sentido do poder. Conforme se vê, não há explícita, nas três definições, nenhuma referência humana ou social ao termo território.

Na teoria do Estado, o território é uma das condições para a existência e o reconhecimento de um país, sendo os outros dois a nação e o Estado. Assim sendo, o Estado é formado por um território, seu povo e seu governo. A nação é a coexistência do território e do povo, mesmo inexistindo governo e, conseqüentemente, o Estado, conforme explica Andrade (1995). Esse mesmo autor acrescenta que “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (ANDRADE, 1995, p. 20).

De forma bastante ampla, Santos e Silveira (2001, p. 19) afirmam “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”. Os autores continuam afirmando, num sentido mais restrito, que “o território é um *nome político* para o espaço de um *país*” (grifos no original), isto é, “a existência de um país supõe um território”. Mas os autores advertem que “a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado”. Dessa forma, “pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território” (idem, p. 19). É importante destacar que, apesar de os autores utilizarem-se de uma definição mais ampliada e outra mais restritiva e política para explicitar o que é território, isso não reflete integralmente suas concepções; são apenas noções teóricas que orientam a construção da categoria “território usado”, a qual será também por nós esmiuçada no próximo tópico.

Haesbaert (1997) afirma que território tem sido uma expressão ambígua: pode ser desde um espaço social qualquer até o espaço de sobrevivência de algumas espécies animais; o território pode ter tanto um sentido abstrato, como o “território da filosofia”, quanto muito concreto, o “território dos Estados-nações”.

Parafraseando Le Berre (1992, p. 618), Haesbaert (1997, p. 32) aponta que o termo originário do latim *territorium* é derivado de *terra* e já constava nos tratados de agrimensura referindo-se a um “pedaço de terra apropriada” e só se difundiu na Geografia no final dos anos 1970.

Devemos lembrar que o conceito de território já figurava entre os geógrafos do século XIX, principalmente retratando a natureza política vinculada às concepções de Estado e fronteira. A própria noção de “espaço vital” defendida por Ratzel no final do referido século ratifica o propósito do desenvolvimento civilizatório das potências imperialistas, trazendo consigo uma visão “naturalizada” de território, a qual afirma e reafirma as atuais teses racistas que defendem uma ligação entre espaço e grupo étnico-cultural (HAESBAERT, 1997). Ratzel já afirmara:

embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado (RATZEL, 1990, p. 73-74 apud HAESBAERT, 1997, p. 34).

Dessa assertiva emana a noção de poder que se vincula ao território na perspectiva clássica da Geografia Política, ou mesmo da ciência política. Vale lembrar, mesmo hoje, diante das várias e mais atuais concepções adotadas por geógrafos e cientistas sociais, que território não é poder, mas este está contido nele. Em qualquer nível ou escala aos quais estejamos nos referindo, o poder será sempre um componente do território, seja ele manifestado em maior ou menor grau.

De acordo com Andrade (1995, p. 19), “deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas”. Acrescentemos, também, que hoje a ideia de poder se associa cada vez mais quando nos referimos aos grupos menos favorecidos: índios, quilombolas, extrativistas e aos moradores das favelas, entre tantos outros. Todos se caracterizam por um modo de vida próprio e uma forma específica de produzir seus territórios, porém a intensidade do poder é relativa e marginal em relação ao poder do Estado e das grandes empresas, sobretudo, as transnacionais.

Nos últimos anos, temos verificado uma efervescência no debate em torno do conceito de território. Acompanhado de uma valorização no plano conceitual, sobretudo acadêmico, desde o final do século passado, geógrafos e demais cientistas sociais têm despendido enormes esforços para colocar o território no centro de suas principais questões. A Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Economia, a Psicologia e, por último, a História debruçaram suas análises e voltaram seus olhares para o território. Nunca se falou tanto em processos espaciais como os de des-re-territorialização, nem tampouco em estudos de territorialidades específicas ou mesmo de uma economia espacial ou territorial. Mas, talvez, o motivo pelo qual tenha colocado o território em uma posição de destaque seja o seu caráter funcional ou operacional. Ele passa a ser um conceito prático, especialmente pela sua aplicabilidade nas políticas públicas, voltado para o planejamento e ordenamento do território. Apesar de o conceito de território ser utilizado em vários países da Europa há pelo menos vinte anos, seu uso, no Brasil, é bastante recente.

Podemos constatar sua aplicação no Programa Saúde da Família, cujo significado é delimitar a área de abrangência do programa; nos projetos “Territórios da Cidadania” e “Territórios Rurais”; na governança participativa; na demarcação dos territórios indígenas; no reconhecimento e na titulação dos territórios coletivos quilombolas, entre outros exemplos. Quiçá isso pode ser um dos motivos pelo qual o território tenha mais se aproximado do estatuto de conceito, porque o *status* de conceito lhe “permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção”, conforme pontua Raffestin (1993, p. 143).

Porém, o conceito de território não reapareceu de forma positiva e com o devido valor científico que tem hoje. Primeiro porque os teóricos que reviveram o conceito de território fizeram-no justamente para falar de sua morte; e segundo, porque, depois de esclarecidas as confusões, não é só o território que ganha importância interpretativa, mas, junto com ele, o espaço. O principal geógrafo brasileiro que tem rebatido as polêmicas teses sobre os discursos dos “fins” (do território, da geografia, da história), criticado e fornecido importantes contribuições à análise do território e dos processos de T-D-R (territorialização-desterritorialização-reterritorialização) é Rogério Haesbaert (1995, 1997, 2006a, 2006b, 2007).

Para Haesbaert (2006a), muitos autores, vislumbrados com a globalização, começaram a verificar que os processos dominantes oriundos desta teriam feito imperar a noção do mundo desenraizado, móvel, dos fluxos e das redes, principalmente aquele das grandes corporações transnacionais, e, em contrapartida, teríamos o mundo mais controlado e enraizado dos Estados-nações e dos grupos étnico-culturais. Em todos os seus trabalhos mencionados acima, Haesbaert critica as teses finalistas dos teóricos, tais

como: Virílio sobre a desterritorialização; Fukuyama e o fim da história; Castells e a sociedade em rede; ou Badie sobre o fim dos territórios. Ademais, o autor esclarece que, mesmo entre o conceito mais difundido hoje na Geografia- o território-, a maioria dos trabalhos focaliza a sua destruição, isto é, a desterritorialização, no entanto sem deixar claro que concepção de território encontra-se por trás desse processo.

Não só o território como também o espaço ganham relevância nos estudos contemporâneos, especialmente no final do século passado. “A reação às incômodas intromissões pós-modernas não escapa aos ‘fiéis do tempo’ nem à própria história. Esta passa a ser a última das ciências sociais a incorporar a noção de espaço como categoria analítica e teórica do cerne de suas questões sociais” (SILVA, 2009, p. 3).

Haesbaert (2007) critica a postura adotada pelas outras Ciências Sociais, além da Geografia, que promoveram de um momento para outro uma “redescoberta” da dimensão geográfica ou espacial da sociedade, todavia, contraditoriamente, mais para afirmar seu enfraquecimento ou, no caso do território, seu desaparecimento, do que para demonstrar sua relevância.

Segundo Haesbaert (2007), por muito tempo, filósofos e cientistas sociais negligenciaram o espaço em suas análises, e somente a crise “pós-moderna” contemporânea, a começar por Michel Foucault, teria alertado para a importância de se considerar a dimensão espacial da sociedade. Em análise semelhante, Moreira (2006) analisa a troca da história pela geografia no projeto de Foucault, que afirma sobre a necessária presença do espaço na teoria social referente à organização da sociedade. Já Soja (1993), em seu livro “Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica”, inicia o primeiro capítulo citando a análise que Foucault faz entre a história e a geografia, entre o século XIX e o final do século XX:

A grande obsessão do século XIX foi, como sabemos, a história (...). A era atual talvez seja, acima de tudo, a era do espaço. Estamos na era do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Estamos num momento, creio eu, em que nossa experiência do mundo é menos a de uma vida longa, que se desenvolve através do tempo, do que a de uma rede que liga pontos e faz interseções com sua própria trama. Poder-se-ia dizer, talvez, que alguns conflitos ideológicos que animam a polêmica atual opõem os fiéis descendentes do tempo aos decididos habitantes do espaço (FOUCAULT, 1986, p. 22 apud SOJA, 1993, p. 17).

Já dissemos em outro trabalho que o que se reafirma no final do século XX é a importância interpretativa do espaço. A chamada era “pós-moderna” é o período, sobretudo, de análise do espaço, não apenas do espaço pelo espaço, mas tomado na indissociabilidade, isto é, sem a separação do tempo (SILVA, 2009).

Considerando as análises espaço/tempo, história/geografia e espaço/território, Milton Santos (2006, p. 13) afirma: “a geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o território”. O autor, mais adiante, no mesmo texto, utiliza-se do exemplo da nação e do Estado Nacional para buscar entender o território. Para Santos, primeiro vem a ideia de nação, e em seguida a de Estado Nacional, pois tais ideias decorrem de uma relação tornada profunda, porque um faz o outro, a nação faz o Estado Nacional e vice-versa. O autor compara tal movimento à famosa frase de Winston Churchill: “Primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem” (p. 14). Santos (2006, p. 14) afirma que da mesma forma “é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe”.

Fernandes (2008, p. 276), para chegar ao território, analisa primeiro o espaço, lembrando que o conceito de espaço defendido pelo autor é o mesmo daquele expresso

por Milton Santos (2008[1996]), o qual corresponde ao conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, indissociável, solidário e contraditório. Para Fernandes, não há como separar os sistemas, os objetos e as ações, porque eles se completam no movimento da vida, já que as relações sociais produzem os espaços, e os espaços produzem as relações sociais. Assim, completa o autor: “o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, visto que o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Esse movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios”. Na verdade, tal movimento indissociável entre tempo e espaço reafirma a geograficidade de que fala Milton Santos. A Geografia sempre considerou o tempo em suas análises, mas o destaque que ela atinge no final do século passado foi um momento ímpar para o autor, por a geograficidade ser a afirmação de uma Geografia associada à História. É desse movimento dialético entre espaço e tempo, Geografia e História que se produz(em) o(s) território(s).

Se por um lado, o insistente debate e a aplicação do conceito no plano prático têm proporcionado um papel relevante, por outro há uma banalização e redução do conceito a simples delimitações de espaço, sem fazer jus à sua perspectiva histórica e social. O uso intensificado levanta, muitas vezes, questões como se o conceito tivesse virado moda (*fashion concept*), conforme salientado por Fernandes (2009).

Consoante Haesbaert (2006a), a modernidade radicalizada ou a pós-modernidade dos nossos dias não só não decretou a morte do espaço, ou da Geografia, como também recupera, em novas bases, mais complexas e híbridas, velhas noções, retomadas com novo ímpeto na própria dinâmica concreta da sociedade. “Metafórica ou literalmente, nunca se falou tanto em ‘território’, ‘região’, ‘lugar’... O espaço está na ordem do dia” (p. 141). Contudo, no concernente a território, um fato é certo, o uso do conceito se intensificou bastante, ainda que seja para se referir a ele apenas como limite ou base geográfica das relações sociais.

## AFINAL, O QUE É TERRITÓRIO?

“O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2006, p. 13). O professor Milton Santos nos apresenta uma noção de território que abarca uma totalidade, entretanto não é uma totalidade capaz de nos levar à compreensão do território como unidade. Temos vários tipos e concepções de território, permitindo-nos entender a manifestação de uma multiterritorialidade, e admitir uma unidade para o território é cair em um equívoco que limitaria a nossa capacidade de análise dos processos socioespaciais.

Poderíamos dizer que o território é a universalização da vida, pois é nele e a partir dele que todas as realizações humanas acontecem, isto é, onde a vida dos homens plenamente se realiza. É por isso que nada escapa ao território, tudo e todos estão nele, ele é a base físico-geográfica da sociedade e mais os objetos e as ações que o animam. O território é o espaço geográfico (a natureza e os homens) em movimento. Portanto, o território é uma totalidade dialética. Dessa forma, a contribuição do referido professor para a análise do território é entendê-lo como *território usado*, não o território em si. Considerando o território em si, estaríamos nos referindo apenas ao conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. Para Santos, o território usado compreende o chão mais a identidade, e esta “é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. De acordo com o autor, “o território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2006, p. 14).

De forma bem resumida e clara, Plínio de Arruda Sampaio define o território baseando-se na ideia norteadora do seu plano de reforma agrária, proposto no primeiro

mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O autor salienta que um assentamento de reforma agrária não é uma terra para uma produção sem limites, um assentamento precisa evidentemente produzir, mas ele é fundamentalmente uma terra de viver, é um lugar de vida. Neste sentido, o território “é um espaço geográfico onde uma comunidade humana põe um nome e faz uma história” (SAMPAIO, 2004, p. 330).

Soares (2009, p. 62) entende o território como o espaço de interações dos subsistemas naturais, construído e social. Dito isso, o autor adverte que não é só o entorno físico onde se desenrola a vida humana, animal e vegetal e onde estão contidos os recursos materiais, mas o território compreende também a atividade do homem que modifica o espaço, acrescentando-se aí a identidade. Já Porto-Gonçalves (2006[2001]) afirma que o território não é algo anterior à sociedade nem é compreendido externamente a ela. O território é espaço apropriado e instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele.

Assim sendo, é fácil compreender o território neste sentido quando tomamos como exemplo o caso das comunidades quilombolas hoje, as quais estão em processo de reafirmação étnico-racial e territorial, afirmando-se culturalmente e reivindicando a demarcação de seus territórios e titulação de suas terras historicamente apropriados. O território, nessa perspectiva, é condição primordial para a (auto)afirmação cultural dos quilombolas. A questão indígena no Brasil, outrossim, envereda-se por caminhos semelhantes, cujo território é espaço de apropriação material e cultural, base física (chão), material (fonte de recursos) e imaterial (cultos e representações simbólicas). Além disso, a identidade desses grupos é outro ponto explorado por eles para assegurar e conquistar seus direitos. Sobre esse assunto, Deus (2008, p. 60) ratifica que está em curso a

consolidação de processos de organização e manifestação coletivas de grupos étnicos, culturais e religiosos por vezes minoritários, mas que, emergindo como contraprojetos refratários à marcha da globalização e coesos em torno de suas visões de mundo, imaginário e paradigmas, exercem expressiva influência no cenário cultural e social contemporâneos.

O referido autor afirma ainda que a emergência de movimentos sociais (ou identidades coletivas) diversos, entre eles os índios e os quilombolas, vem superando, pelo menos em termos de visibilidade e influência, outros segmentos e formas de luta sociais mais clássicas, a saber: operários, estudantes, moradores de bairros etc. Além disso, esses movimentos sociais demonstram “o quanto é relevante a busca política de um espaço próprio, que reivindica a diferença e recusa a fatalidade de uma sujeição dissolvida em um tipo (ou padrão) único de comportamento” (DEUS, 2008, p. 60-61). Ainda com relação às identidades coletivas, gostaríamos de abrir parênteses para o que atesta Porto-Gonçalves (2006), quando ele afirma que, diferente do que muitos acreditavam, a globalização seria sócio-culturalmente homogeneizadora, ao contrário ela se mostrará estimuladora “da coesão étnica, da luta pelas identidades e das demandas de respeito às particularidades (...)” (DIAZ-POLANCO, 2004 apud PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 47).

Voltado mais para uma perspectiva da identidade territorial, Haesbaert afirma:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Apesar da ênfase mais voltada para a questão da identidade territorial, a assertiva do autor transita pelo entendimento do território como apropriação que vai do sentido abstrato ao concreto, considerando tanto o poder “simbólico”, que se manifesta no espaço de vivência dos grupos sociais e também é uma forma de apropriação, como demonstrada por Raffestin (1993), quanto ao poder “concreto”, relacionado à apropriação material e ao domínio do espaço e dos indivíduos.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2007, p. 95-96), ratificado em Haesbaert (2008, p. 20), afirma: “o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. O autor acrescenta que como um “*continuum*”, se compreendido a partir de um processo de dominação/apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações (que é, também, e sobretudo, uma multiplicidade de poderes). É pelo viés da multiplicidade que compreendemos o(s) território(s), pois “devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc.” (HAESBAERT, 2008, p. 21).

O território é, ao mesmo tempo e em diferentes combinações, funcional e simbólico; mesmo quando um território é mais “funcional” ele também possui alguma carga simbólica, por menor que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre um caráter funcional. O peso dessas características do território, funcional e simbólica, é sempre variável, pois o *território funcional* sempre contém o simbólico e o *território simbólico* sempre contém o funcional. Haesbaert (2008) propõe um esquema genérico dos extremos do *continuum* entre funcionalidade e simbolismo, expresso da seguinte forma:

QUADRO 1: Esquema dos extremos entre território funcional e território simbólico.

Território funcional	Território simbólico
Processos de dominação	Processos de apropriação (Lefebvre)
“Territórios da desigualdade”	“Territórios da diferença”
Território sem territorialidade (empiricamente impossível)	Territorialidade sem território (ex.: “Terra Prometida” dos judeus)
Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades)
Territórios como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro)	Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)

Fonte: HAESBAERT, R., 2008.

É interessante destacar que, embora o esquema genérico apresente uma caracterização aparentemente dicotômica, podemos notar lógicas distintas entre as posições, nas quais os territórios funcionais corresponderiam a uma racionalidade de controle mais concreta, ligada aos valores de troca, de produção e do território como fonte de recursos, isto é, o território do capital e da desigualdade. E os territórios simbólicos de lógicas mais abstratas privilegiam os valores de uso, o significado da moradia, os valores dos recursos associados aos componentes simbólicos fundamentais à manutenção da cultura, e compartilham as diferenças. Tais características têm mais a ver com as sociedades mais tradicionais hoje – isso não retira a perspectiva relacional entre os diferentes territórios. Reafirmemos novamente que tanto os territórios funcionais quanto os territórios simbólicos são indissociáveis, um não existe sem o outro, mas o que vai reforçar



sua característica, mais funcional ou mais simbólica, são os processos de territorialização, sejam eles de dominação ou apropriação, respectivamente. Haesbaert (2008, p. 23) simplifica em quatro os grandes objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo, a saber:

- abrigo físico, fonte de recursos ou meio de produção;
- identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira);
- disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados);
- construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

Outro ponto importante é referente ao que Santos e Silveira (2001) chamam de configurações territoriais ou àquilo que Raffestin (1993) denomina de sistema territorial. Para os primeiros, “(...) quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 247). Ademais, é preciso considerarmos que estamos nos referindo ao território vivo, e nele há os fixos, isto é, tudo aquilo que é imóvel, e os fluxos, o que é móvel. Mas o território revela também as ações passadas e presentes, porém já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. Nessa perspectiva, os autores supracitados afirmam “as configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, ou seja, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos” (idem, p. 248). Todavia, as configurações territoriais são apenas condições, sua significação real advém das ações realizadas sobre elas.

Outra questão fundamental nessa abordagem é sobre a territorialidade, já que partimos da ideia de que não existe território sem territorialidade. Ela se manifesta tanto na materialidade (objetiva) das coisas que estão no território quanto na imaterialidade (subjéctiva) dos homens em relação ao seu território. São objetos, ações, mas também são sentimentos vinculados à nossa existência em uma porção do espaço habitado. “É a descoberta de que primeiro se pertence a um território *lato sensu*, para depois se pertencer a uma sociedade” (RAFFESTIN, 1993, p. 184).

Andrade (1995, p. 20) aborda que a territorialidade pode ser interpretada tanto pela consideração daquilo presente no território e, por conseguinte, está sujeita à sua gestão, como também, e ao mesmo tempo, através do processo subjéctivo de conscientização da população de fazer parte de um território, “de integrar-se em um Estado”. A concepção do autor, embora trabalhe as duas realidades, objetiva e subjéctiva, da territorialidade, dá ênfase ao vínculo com o Estado nacional, porém devemos reforçar o fato de a territorialidade ocorrer em qualquer nível de escala, desde a mais pessoal até a mais geral, isto é, de uma territorialidade comunitária à territorialidade nacional, ou quiçá, continental, como a territorialidade latino-americana no nosso caso.

Santos e Silveira (2001, p. 19), por sua vez, combinam a palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence, e “esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado”. Para os autores em questão, a territorialidade se estende aos próprios animais (e inclusive foi a primeira forma de territorialidade estudada pelos naturalistas), como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Se uma parte da territorialidade, aquela referente ao espaço de vivência e de reprodução, foi por nós herdada do estudo da territorialidade animal, Santos e Silveira

(2001, p. 19) afirmam, adicionalmente, “a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem”. Com relação ao território e à passagem da territorialidade animal para a humana, abordaremos-los, de maneira mais ampla, no próximo tópico, no qual discutiremos as concepções de território, mais especificamente, na abordagem idealista.

Uma vez perspicua a ênfase numa abordagem relacional durante todo o seu trabalho, Raffestin (1993, p. 160), considerando ser a vida tecida por relações, declara: “a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade–espaço–tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. Prossegue o autor nas próximas páginas querendo demonstrar que a territorialidade é dinâmica devido à sociedade e o espaço estarem suscetíveis de variações no tempo. A associação à ideia de tempo demonstra a dinâmica da territorialidade. A territorialidade, de acordo com Raffestin, “aparece constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade”. Ela também “é sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os atores” (RAFFESTIN, 1993, p. 161). Por fim, Raffestin, apoiando-se em Edward Soja (1971), aponta três elementos que compõem a territorialidade: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço.

Para autores como Solinís (2009), é a partir do processo de territorialização que emerge a qualidade da territorialidade. A territorialidade, nessa perspectiva, seria a qualidade do território ou do processo de territorialização, sendo que, segundo o autor, “é uma qualidade relacional dependente tanto do tipo de vínculos que a natureza dos corpos envolvidos possa chamar a estabelecer-se, quanto dessa mesma natureza” (SOLINÍS, 2009, p. 267). Esmiuçando um pouco mais essas ideias,

(...) a territorialização não se dá exclusivamente de uma só forma, e a territorialidade não é eterna. Ambas são sempre diferentes e dependem do tempo que as produz. Também são funções dos vínculos que as configuram e concretizam no território (...). Mais claramente, dependem da formação social e das relações sociais, legítimas ou não, que lhes dão forma (SOLINÍS, 2009, p. 268-269).

Conforme o autor, o território é um construto histórico-social que possui uma qualidade resultante do processo que o produz e se refere de maneira aberta a relações concretas, materializadas, localizadas, enraizadas. “Falar de territorialização é fazer referência à relação homem-espaço a partir da materialidade da ‘terra’ (...) que reúne os elementos dispersos em um âmbito através do qual se veem as coisas juntas como se veem na realidade” (idem, p. 269). Segundo o autor, conforme os laços com este âmbito de realização, a territorialização se revela, primeiro, porque há princípios de organização social modelando e explicando sua própria territorialidade no interior de um grupo; segundo, porque há técnicas e formas moldando o *habitat* ou marco construído, em uma relação mais ou menos estreita com o conceito de lugar; e terceiro, a sua vinculação com o lugar é o resultado de um longo processo de enraizamento que recobre as mais diversas naturezas (...) das quais a cultura dá conta globalmente graças ao conceito fundamental da identidade (SOLINÍS, 2009, p. 269-270). “A construção social do território não é alheia à sua composição física nem às suas marcas culturais” (idem, p. 274).

Numa abordagem cultural, Bonnemaïson (2002, p. 107) aponta que a territorialidade se apoia sobre uma relação interna e sobre uma relação externa, ou seja, “é uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o território ‘que dá segurança’, símbolo de identidade, e o espaço que se abre para a liberdade, às vezes também para a alienação”. A territorialidade nessa concepção é compreendida muito mais pela relação

social e cultural que um grupo mantém com seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira, consoante salienta o autor.

Candiotto e Santos (2009) chamam a atenção para a existência de outras territorialidades além daquelas mais subjetivas, como é mais comum entre os autores contemporâneos. Segundo eles, as firmas/empresas também possuem territorialidades, físicas, políticas, econômicas e até sociais. Essas territorialidades, assim como a territorialidade humana, extrapolam o espaço físico, estendendo suas áreas de atuação e de influência, bem como as áreas comerciais por elas estabelecidas. Sobre o assunto em questão, Souza (1995) critica o caráter dessas territorialidades que se destacam por seu caráter de “controle territorial”. Conforme o autor, é preferível designar esse conteúdo com o termo *territorialismo*, o qual corresponderia mais a uma estratégia. Retomando Candiotto e Santos (2009), seu posicionamento com relação ao assunto tratado é o mais comum, considera a territorialidade vinculada à subjetividade, sobretudo relacionada a um plano mais psicológico, mas nem por isso os autores deixam de reconhecer a influência das técnicas, do modo de produção e dos grupos sociais, incluindo aí as empresas, e todos associados às temporalidades:

As territorialidades são impressões simbólicas/subjetivas das relações sociais e, portanto, produzem e são produtos dos territórios num processo cíclico. Elas representam mudanças e/ou permanências e estão ligadas às temporalidades. As territorialidades são influenciadas pelas técnicas e pelo modo de produção, mas manifestam-se na cultura, no comportamento, ou seja, nas ações de indivíduos e grupos sociais (CANDIOTTO e SANTOS, 2009, p. 323).

Saquet (2009) assevera ser o território produto social e condição, e a territorialidade também significa condição e resultado da territorialização. “O território é o conteúdo das formas e relações materiais e imateriais, do movimento, e significa apropriação e dominação, também material e imaterial, em manchas e redes”. Conforme apontado em outro lugar, “a territorialidade significa cotidianidade, (i)materialidade, no(s) tempo(s), na(s) temporalidade(s) e no(s) território(s), no movimento relacional-processual” (SAQUET, 2007, p. 164). A territorialidade não é o poder em si, no entanto “corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, *do e no* espaço geográfico com suas edificações e relações”. Na sequência, o autor dissecou sua análise afirmando: “a territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, (...) de maneira múltipla e híbrida” (SAQUET, 2009, p. 90). Notamos que a abordagem de Saquet sobre o território e a territorialidade é relacional também, mas o destaque ressaltado por nós é pela consideração feita por ele aos “processos” como mecanismo que dá movimento, dinâmica, à vida cotidiana das pessoas, dos grupos e aos lugares.

De modo bastante semelhante, Haesbaert (2008, p. 21) sustenta: “a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais”. Citando Sack (1986), o autor continua seu raciocínio concordando que a territorialidade está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significados ao lugar”.

A fim de finalizar esta seção, deixamos claro que ainda há muitas lacunas na discussão território/territorialidade, especialmente no concernente à territorialidade humana. O território é um espaço de muitas relações, o que ele tem de comum é ser o nosso quadro de vida. Ele será sempre, e primeiramente, um espaço de dominação/apropriação; dominação no sentido de que ele envolve todas as forças e todos os poderes (controle territorial, econômico ou político), e de apropriação tanto material

quanto imaterial. O território pode ser desde o nosso corpo, a casa, a rua, o bairro ou a comunidade, a cidade, o município, o estado, o país, o continente..., até elementos de domínio mais subjetivos e abstratos (símbolos). O território é recurso, entendido como o recurso “abrigo” ou os próprios “recursos naturais”. É valor de troca e de uso; território é natureza e cultura, espaço e sociedade; é forma, função, conteúdo e símbolos; são redes, pontos e malhas; são objetos e ações; são fixos e fluxos; é o estático e o movimento. Território é limite e fronteira, pode ser delimitado ou não. Eis o território, esse objeto e conceito tão complexo de nosso tempo e de nossa disciplina.

## **AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO**

É importante primeiro considerarmos que o conceito de território pode ser compreendido em diferentes abordagens e cada uma delas envolve uma concepção diferente, muitas vezes associada à orientação teórico-metodológica e filosófica do pesquisador. Queremos dizer que cada pesquisador se alinha a uma ou mais de uma concepção de território, porque hoje é mais comum o entrecruzamento de posições filosóficas do que a abordagem baseada em uma única e bem estruturada corrente filosófica, como é o caso do materialismo histórico. Mesmo assim, vamos notar, no desenvolver das ideias, o movimento relacional dos teóricos, mesmo aqueles com suas posições filosóficas mais definidas, fazendo a leitura do território tanto em abordagens materialistas quanto idealistas. Mas isso não basta! É preciso também considerar que cada indivíduo, cada grupo social, cada empresa etc., tem uma experiência de uso diferente com o território, implicando diferentes formas de apropriação e representação do espaço geográfico produzido material e imaterialmente. As concepções de território que apresentaremos são baseadas, principalmente, nos trabalhos de dois geógrafos brasileiros que mais têm debatido essa temática na atualidade. Haesbaert (2007[2004], 2006b) trata de abordar as várias concepções de território com o objetivo de entender o processo de desterritorialização contemporâneo. Já Saquet (2007), por sua vez, debruça sua abordagem sobre a literatura internacional, especialmente tentando resgatar as contribuições italianas, tão pouco estudadas, na perspectiva final de propor uma abordagem territorial (i)material. Ademais, as contribuições de outros autores são intercaladas à medida que discorreremos sobre as principais concepções de território.

Haesbaert (1997) agrupa as diferentes abordagens conceituais de território em três vertentes básicas: a jurídico-política aborda o território como um espaço delimitado e controlado por um determinado poder, especialmente estatal, como pode ser visto em trabalhos clássicos da geografia política como os de Ratzel; representa a abordagem mais difundida tradicionalmente, embora não seja exclusivamente relacionada ao poder político do Estado. A abordagem cultural (muitas vezes chamada de culturalista) prioriza a dimensão simbólica e subjetiva; o território, nessa perspectiva, é concebido como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Já a abordagem econômica (muitas vezes economicista), apesar de menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, sendo o território compreendido como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho. Em trabalhos posteriores (HAESBAERT, 2006b, 2007), o autor acrescenta uma outra abordagem, mais antiga e hoje pouco difundida nas Ciências Sociais: a natural ou naturalista. Nela, o território é visto a partir das relações entre sociedade e natureza, principalmente vinculando-se o comportamento “natural” humano ao seu ambiente físico; a concepção de território utilizada aproxima-se do mundo animal em seu “equilíbrio” entre o grupo e os recursos do meio, a exemplo da territorialidade animal.

Nos dois últimos trabalhos mencionados acima, Haesbaert reorganiza a conceituação de território em dois conjuntos teóricos: o binômio materialismo-idealismo e

o binômio espaço-tempo. O primeiro é desdobrado de duas perspectivas de território, sendo uma delas denominada “parcial”, a qual enfatiza uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural). As dimensões natural, econômica e política ou jurídico-política estão mais vinculadas à concepção materialista, enquanto a cultural é mais direcionada para a abordagem idealista. Uma ressalva deve ser feita: embora Haesbaert (2007) situe a dimensão política na concepção materialista, ela não deixa de transitar diretamente com a concepção idealista, e o próprio autor reconhece isso, chamando sua proposta de “divisões arbitrárias”. O binômio espaço-tempo está estruturado em dois sentidos: o primeiro diz respeito ao território no sentido mais absoluto ou relacional, seja incorporando ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-concreta (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação). O segundo trata se o território é um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s).

A vertente predominante na análise do território é a materialista, até mesmo pelo fato de a origem do conceito estar relacionada ao espaço físico. Como já apontamos que a palavra território, etimologicamente, se deriva do termo latino *terra*, cujo significado é “um pedaço de terra apropriada”, não é de se estranhar sua difusão a partir dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. Além disso, na concepção materialista, estão situadas as chamadas posições “naturalistas”, nas quais a territorialidade é reduzida ao seu caráter biológico, instintivo ou geneticamente determinado. Noutra direção, diretamente ligados a uma perspectiva social, encontramos aqueles que consideram o território como uma base material (econômica), centrados, especialmente, nas relações de produção, como é o caso de muitos marxistas.

Dentro da perspectiva materialista, a primeira concepção de território que abordaremos é a naturalista. Como matriz do conceito de território, temos nesta concepção sua raiz mais primitiva. O território surge com base na ideia de que é um espaço de defesa de um determinado animal, tanto no sentido de buscar um espaço para sua proteção, quanto no sentido de assegurar sua reprodução física e de controle e acesso às fêmeas. Mesmo voltado mais para uma perspectiva idealista, Bonnemaision (2002) afirma que o conceito de território surgiu no meio científico a partir da etologia; foi através do estudo da vida social dos pássaros *toutinegras* que o ornitólogo inglês Elliot Howard, em 1920, observou que os pássaros têm uma sociedade territorial e deduziu que os conflitos entre indivíduos se assentam na delimitação de um território exclusivo, determinando uma hierarquia social e o acesso às fêmeas. Raffestin (1993, p. 159), citando Howard (1920), atesta que a territorialidade foi definida como “a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie”.

Da territorialidade dos pássaros, tal ideia foi transplantada para outros animais e, inclusive, para o estudo do comportamento humano. Um problema nessa compreensão se deve ao fato de, nas sociedades animais, o território estar ligado à ideia de apropriação biológica, ou seja, ele é exclusivo, pelo menos, para os membros de uma mesma espécie e é limitado por uma fronteira, o que implica a noção de um espaço perigoso. Já entre as sociedades humanas, a concepção de território é diferente. Entre os animais, o território é um espaço fechado, entre os grupos humanos, ele não é obrigatoriamente fechado. No interior do território, os grupos humanos vivem uma certa relação entre o enraizamento e a mobilidade, a qual é variável de acordo com os estatutos sociais, os gêneros de vida, as épocas e os tipos de sociedade.

Segundo Haesbaert (2007, p. 45), o autor que levou mais longe a tese da territorialidade animal para o comportamento humano foi Ardrey (1969, p. 15), sendo o território por ele definido: “(...) uma área do espaço, seja de água, de terra ou de ar, que um

animal ou grupo de animais defende como uma reserva exclusiva. A palavra é também utilizada para descrever a compulsão interior em seres animados de possuir e defender tal espaço”. Na definição do autor, há trechos que reforçam a leitura neodarwinista aplicada à territorialidade humana. O autor cogita a ideia de uma porção do espaço possuída/apropriada, mas defendida de forma compulsiva (uma espécie de ação pelo instinto), e, ao se referir aos seres animados, equivocadamente os homens são incluídos. Ademais, a própria consideração de uma reserva exclusiva, bem comum aos animais, limita e naturaliza as relações humanas com o território, já que o território humano não é exclusivamente fechado.

Para escapar de um possível “determinismo ambiental ou geográfico”, no passado, muitos estudiosos, incluindo os geógrafos, procuraram fugir das questões que discutiam a relação natureza e sociedade. Foi nesse embalo que a natureza foi reinventada através de concepções como ecologia, meio ambiente, biosfera, todos separados do homem, como se fosse possível separar espaços humanos e espaços naturais. Entretanto, devemos lembrar que, mesmo hoje, ainda se insiste em separar os homens e a natureza, ficando esta confinada em espaços fechados, ditos unidades de conservação, onde é praticamente vedada a mobilidade e a intervenção humanas. Isso quando não chegamos a casos extremos como o deslocamento da moradia da população dessas áreas, simplesmente determinado pela vontade dos governantes em criar uma área de proteção dos recursos naturais. Sem querermos aqui negligenciar o importante papel das ações para a proteção da natureza, é preciso criticarmos os processos arbitrários de criação de unidades de conservação, sobretudo de proteção integral, sem considerar a existência de população dentro delas. Em muitos estudos, como é o nosso caso, a dimensão material do território (“natural”) ainda se revela um dos componentes fundamentais nas análises, mas é importante que “nunca” seja considerada de forma dissociada da análise da sociedade. É importante, sim, que os estudos não entrem pelo viés do determinismo ambiental nem busquem uma naturalização das questões sociais, mas que sejam cada vez mais considerados no campo dos “híbridos” (sociedade-natureza).

Haesbaert (2006b, p. 46) atesta que, para um marxista ortodoxo, o território numa perspectiva materialista seria compreendido pelas relações econômicas ou de produção. O autor ressalta que isso não é privilégio apenas dos geógrafos, pois alguns antropólogos, cuja ênfase está no simbólico-cultural, ao se reportarem ao concreto, inserem-se também na concepção material. É o caso de Godelier:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1984, p. 112 apud HAESBAERT, 2006b, p. 46-47).

A designação aponta para a natureza como fonte de recursos materiais necessários ao uso de um determinado grupo social. É bastante comum essa referência em trabalhos de antropólogos e demais cientistas sociais, os quais estudam comunidades tradicionais cujo vínculo com a natureza ainda é grande. Mesmo alguns autores defenderem que a concepção de território como fonte de recursos ou simples apropriação da natureza esteja parcialmente superada, vale frisar que há diversas comunidades, especialmente nos Cerrados de Minas Gerais, como é o caso do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha, que possuem intrínseca relação com a natureza, utilizando-se dos galhos e madeiras para fazer a lenha, extrativismo e coleta de frutos e plantas nativos, morando próximo aos cursos d’água (grotas, veredas) para aproveitar a fertilidade dos solos para a agricultura, etc. Isso implica não apenas as relações de uso com o território, mas permite também as relações de troca, constituindo, em muitos casos, uma fonte de renda.

Apesar de termos nessa concepção material uma vertente minoritária de trabalhos que privilegiam a posição econômica na elaboração do conceito de território, o mais comum hoje é o cruzamento de abordagens. Entretanto, devemos salientar que o próprio agravamento e a ênfase com relação aos problemas ambientais contemporâneos têm levado, tanto no plano teórico quanto prático, a uma valorização cada vez maior do controle de recursos, por exemplo a água, os solos agricultáveis e os produtos florestais. Isso é passível de intensificar os conflitos territoriais em várias partes do globo, como já vem ocorrendo.

O território na concepção jurídico-política ou, simplesmente, política, é um dos conceitos mais fundamentais. Embora tenha adquirido uma amplitude de análise que vai das fronteiras políticas do Estado-nação à perspectiva simbólico-cultural, a definição de território é associada tradicionalmente aos fundamentos materiais do Estado. De acordo com Saquet (2007), parafraseando Gottmann (1973/2005), a ideia de território já existia desde o século XV, relacionando-se a questões políticas, por exemplo a dominação de uma determinada área de terras como ocorrera nas cidades-estados gregas, em cidades romanas e em cidades italianas medievais, que possuíam soberania territorial. Já a partir do século XVI, intensifica-se a difusão de doutrinas políticas reforçando a noção de soberania como um atributo dos Estados ou reinos. Destaca-se, neste período, também, a ocupação e apropriação do Novo Mundo, que, para além do significado político do “descobrimento”, correspondia para os Estados europeus na dominação e na exploração econômica dos recursos dos novos territórios, que inclusive incrementou a potência e a solidez dos Estados imperialistas.

Haesbaert (2007, p. 68), baseando-se nas análises de Claude Raffestin e Robert Sack, afirma “parece haver um consenso de que a dimensão política, para além de sua perspectiva jurídica e estatal, é a que melhor responde pela conceituação de território”, isto é, devemos dizer que, diante das outras concepções, é na dimensão política que há um maior consenso entre os autores em definir o território como “um espaço delimitado e definido por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 1995). Levando a definição ao extremo, Gomes (2008, p. 37) atesta: “o território só existirá quando o poder for construído a partir do controle sobre esse espaço”, ou ainda de forma muito sintética, “o território é a forma espacial instrumentalizada como forma de poder, pelo domínio sobre a distribuição ou simplesmente pelo controle dos objetos espacializados” (p. 38). A territorialidade, para o autor, também tem definição semelhante: “é a estratégia específica pela qual se opera o controle ou o domínio sobre esse espaço” (GOMES, 2008, p. 38).

Tradicionalmente, a Geografia, ao contrário da Antropologia, sempre buscou enfatizar mais a dimensão material do território. Numa perspectiva idealista, o território é associado à cultura. De acordo com Haesbaert (2006b, p. 49), na Geografia, a leitura cultural ou simbólica do território ainda é minoritária, visto que os geógrafos têm apreendido essa análise principalmente a partir dos conceitos de paisagem e lugar. Mesmo minoritária, a vertente cultural do território cada vez mais ganha força na Geografia pela sua crescente abertura aos estudos da territorialidade de grupos humanos específicos, denominados hoje de “populações tradicionais”. Além disso, a constante associação entre território e identidade é outro ponto fortalecedor do debate atual, porque o território é “um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos” (BONNEMAISON e CAMBRÉZY, 1996, p. 14 apud HAESBAERT, 2006b, p. 51).

Para Bonnemaïson (2002, p. 97), “assim como a ideia de cultura caminha par a par com a ideia de etnia, toda cultura se encarna, para além de um discurso, em uma forma de territorialidade. Não existe etnia ou grupo cultural que, de uma maneira ou de outra, não tenha se investido física e culturalmente num território”. Haesbaert (2006b) destaca que hoje o território reforça sua dimensão como representação, valor simbólico, porque há uma revalorização da dimensão local. Ademais, o autor diz que a abordagem utilitarista de

território não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo. Continuando seu raciocínio, Haesbaert (2006b, p. 72) cita Bonnemaïson e Cambrezy (1996), quando os autores afirmam: “o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico”.

Há muitas críticas com relação à noção de territorialidade trabalhada na abordagem cultural, principalmente em relação ao enraizamento territorial ou à apropriação quase biológica dos grupos ou sociedades ditas tradicionais com seus territórios. Contrariamente a essas noções de que o enraizamento pressupõe a imobilidade e a apropriação biológica, Bonnemaïson (2002, p. 99) mostra que “a territorialidade é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira”. O território pode ser tanto fechado quanto aberto aos aliados e vizinhos, não obstante, na maior parte das vezes, ele é uma alternância entre um e outro. É esse movimento que temos visto nas comunidades rurais onde estudamos a dinâmica das famílias de agricultores com o extrativismo dos frutos dos Cerrados, especialmente o pequi. Existe uma alternância entre as cercas que dividem as propriedades e constituem os territórios individuais fechados e o uso dos recursos naturais que pressupõe o território aberto, entre os vizinhos e suas comunidades.

O território é muito mais um núcleo que une os homens do que um limite que os separa ou uma fronteira, no sentido geopolítico do termo, “é um tipo de relação afetiva e cultural com uma terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou de exclusão do estrangeiro” (BONNEMAISON, 2002, p. 101).

Em direção semelhante, Almeida (2010, p. 44) expõe: “a territorialidade considera tanto as questões de ordem simbólico-cultural como também enfatiza o sentimento de pertencimento a um dado território”. E continua a autora, “[...] território ele o é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas” (ALMEIDA, 2010 [2005], p. 44). É interessante a colocação da autora quando ela se refere ao tipo de apropriação do território “expressado” por meio de significados e relações simbólicas. A autora chama-nos a atenção para o fato de que as relações simbólicas são representações das coisas do mundo real, e não como elas costumam ser tratadas nas concepções mais materialistas, como representações irreais, totalmente abstratas e abstraídas da realidade.

Destacamos também a abordagem de Marcos Saquet (2007), que, mesmo se situando entre aqueles que defendem uma concepção relacional, não deixa de apontar sua visão (i)material do território, considerando tanto os processos socioespaciais, contextualizados em tempos históricos que coexistem com as relações entre sociedade e natureza, quanto a imaterialidade de nossa vida diária. Segundo o autor, “esta relação dialética entre ideia e matéria está no seio da relação espaço-tempo e da constituição do território, no vivido (...)” (SAQUET, 2007, p. 131).

Atualmente é imprescindível trabalhar com o território numa interação entre as diversas dimensões sociais: natural, política, econômica e cultural. Disso resulta numa visão integradora do espaço em suas múltiplas perspectivas. A abordagem integradora assume grande importância na Geografia, pois ela é uma das disciplinas que mais busca trabalhar o espaço social de forma integrada para compreender os processos oriundos da relação sociedade-natureza. Se a análise do espaço geográfico é múltipla, não há como entendê-lo se não considerarmos suas dimensões de forma integrada. Apesar disso, os trabalhos dos geógrafos têm priorizado uma ou mais dimensões sociais em detrimento das outras – normalmente a econômica –, devido à complexidade que é analisar todas as dimensões



numa perspectiva geográfica. A abordagem integradora, mesmo com uma vocação pretenciosa, não se caracteriza por uma visão totalizadora nem por uma forma coesa de conceber as múltiplas dimensões sociais.

Nessa perspectiva, o território hoje assume o papel e a importância outrora dados à região na perspectiva clássica da Geografia como o grande conceito integrador. Haesbaert (2006b) diz que dificilmente encontramos um espaço capaz de integrar de forma coesa as várias dimensões sociais. Para o autor, esse é o fato pelo qual alguns defensores de uma visão totalizante ou integradora de território advogam a sua superação. Diante disso,

sobririam então duas possibilidades: ou admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou apropriação do espaço, isto é, territórios políticos, econômicos e culturais, cada um deles com uma dinâmica própria, ou trabalhar com a ideia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total”, pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada. Pelo menos ao nível individual ou de grupo, precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural (HAESBAERT, 2007, p. 76).

Reforçando ainda mais a noção integradora, esse mesmo autor mostra que o território, numa perspectiva histórica, pode ser generalizável a ponto de abranger toda a história humana, ou ser visto de forma mais restritiva, relacionando-se apenas a determinados contextos histórico-sociais. Haesbaert posiciona-se claramente em uma abordagem integradora do território, na verdade o autor se situa numa concepção “híbrida”, entre dimensões materialistas e idealistas, especialmente voltada às questões políticas e culturais. Além disso, devemos ressaltar também que, certamente, Haesbaert seja um dos geógrafos brasileiros que mais tem contribuído com o debate recente sobre o território e seus processos ditos des-re-territorialização, sobretudo no referente à renovação teórico-metodológica e ontológica dos conceitos.

Na perspectiva relacional, uma das abordagens que já se tornou clássica para a análise do espaço e do território foi a de Claude Raffestin (1993). Mais uma vez retornemos ao autor para reforçar essa ideia. Segundo Raffestin, o espaço tem duas faces: uma é constituída por superfícies, distâncias e propriedades, correspondendo ao plano da expressão; a outra é o plano do conteúdo, também constituído pelas superfícies, pelas distâncias e propriedades reorganizadas, cujo significado é dado pelos atores sociais. Assim sendo, é “o espaço abstrato” simbólico, ligado à ação das organizações, que possui estreita relação com o espaço real. Para o autor, esse é “o espaço relacional ‘inventado’ pelos homens e cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real ‘dado’” (RAFFESTIN, 1993, p. 48) (grifos do autor). O autor ainda inscreve a produção do território associada ao poder na problemática relacional. “Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Haesbaert (2006b), por sua vez, afirma que, no sentido relacional, o território não significa apenas enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. Por ser relacional, o território inclui o movimento, a fluidez, as conexões. Numa crítica à ênfase exacerbada da dimensão simbólica, o mesmo autor (2007, p. 92) aponta: “há quem diga que o caráter simbólico do território está se tornando cada vez mais presente, em detrimento de sua dimensão material, mais objetiva”. Continuando, o autor ressalta que é como se o território e o próprio poder que o envolve pudessem ser definidos única e exclusivamente pela sua dimensão mais concreta.

O território não se define por apenas uma das dimensões sociais, concreta ou simbólico-cultural, mas pela relação entre ambas. O que de fato tem acontecido é que a

emergência hoje de grupos culturais mais ou menos organizados em torno de ideologias ou em espaços que garantam a manutenção de suas identidades culturais tem se manifestado de forma mais contundente nos territórios como estratégia de luta, de reprodução socioeconômica e de conquistas de direitos até então esquecidos pelas políticas públicas sociais. Não acreditamos que isso chegue a ser uma sobreposição da dimensão idealista sobre a materialista, até porque, quando se valorizam os aspectos simbólico-culturais, consequentemente, a materialidade do território, com todos os seus atributos (físicos, econômicos e políticos), também são ressignificados.

Sintetizando, Saquet (2007, p. 118) diz: “o território é entendido como lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir”. A abordagem relacional é, pois, bastante trabalhada entre os geógrafos, já que sempre estamos buscando relacionar nossos objetos (e sujeitos) de pesquisa em relação a alguma coisa, aos objetos, às formas e aos processos socioespaciais. Integrar todas as dimensões sociais – natural, econômica, política e cultural – é uma questão complexa, mas relacionar, por exemplo, a dimensão econômica com a cultural é uma possibilidade e uma realidade que tem permeado o trabalho de muitos geógrafos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É notória a importância assumida pelo conceito de território na contemporaneidade. Seu uso nos trabalhos dos geógrafos e demais cientistas sociais, bem como nas políticas de planejamento tem sido crescente e, em alguns casos, até exagerado. Nunca se falou tanto em território e nos processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização e territorialidade. Todavia, é preciso levar em conta que muitas vezes a noção de território é banalizada, sem que seja feita uma análise teórico-conceitual. Nesse sentido, o conceito de território merece análises mais acuradas à luz dos processos socioespaciais atuais.

O nosso objetivo nesse artigo foi demonstrar como o território se reveste em um agrupamento teórico situado entre concepções materialistas e idealistas, buscando entender como várias dimensões sociais estão interligadas e coexistem num mesmo território. São dimensões situadas entre o econômico, o político, o cultural e o natural (ou ecológico), as quais, a nosso ver, estão presentes e interligadas quando analisamos os territórios do campesinato sertanejo em Minas Gerais.

O território envolve todas as dimensões sociais, mas as análises acadêmicas estarão priorizando uma ou mais dimensões pelo posicionamento teórico, metodológico e filosófico do pesquisador. Nossa pesquisa procurou se aproximar de uma abordagem relacional, considerando haver uma relação entre as várias dimensões sociais em um território, pois seria muito pretensioso de nossa parte nos posicionarmos diante de uma abordagem integradora. Isso porque, embora a abordagem integradora seja a mais ideal numa pesquisa geográfica, reconhece-se a dificuldade para os pesquisadores atingi-la.

Nossa proposta de pesquisa nos conduziu para pensar os territórios para além dos limites e das fronteiras, tentando entender os processos sociais do campesinato sertanejo para além dos territórios da governança. A nosso ver, o território, no sentido político, é, nos dias atuais, muito mais um instrumento de dominação do que de liberdade e de autonomia para os camponeses construírem seu próprio futuro. Por isso, abdicamos de delimitar nossos territórios de estudo dos limites dos espaços da governança, e optamos por nos referirmos aos territórios das comunidades rurais sertanejas, cujos limites e fronteiras são flexíveis, abertos, sinônimo de liberdade, autonomia e solidariedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 9, p. 36-63, fev. 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec-IPESPE, 1995. 135 p.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia Cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.

CANDIOTTO, L. Z.; SANTOS, R. A. dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 315-340. (Geografia em Movimento).

DEUS, José Antônio Souza de. O etnoambientalismo e as novas territorialidades indígenas em curso no contexto regional da Amazônia Meridional e Oriental. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 59-82, jul./dez. 2008.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301. (Geografia em Movimento).

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215. (Geografia em Movimento).

GOMES, Paulo César da Costa. Sobre territórios, escalas e responsabilidade. In: HEIDRICH, A. L. [et al.]. **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas-Porto Alegre: Ed. ULBRA-Ed. da UFRGS, 2008. p. 37-46.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-205.

\_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006a. 186 p.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b. p. 43-70.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400 p.

\_\_\_\_\_. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L. [et al.]. **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas-Porto Alegre: Ed. ULBRA-Ed. da UFRGS, 2008. p. 19-36.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 71-107.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-americana. **GEOgrafia**, Niterói, v. 8, n. 16, p. 41-55, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A reforma agrária que nós esperamos do governo Lula. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004. p. 329-334.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed./4. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008. 392 p. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94. (Geografia em Movimento).

SILVA, Marcos Nicolau Santos da. Territorialidades do Pequi: Montes Claros e o Norte de Minas em questão. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/SilvaMNS.pdf>. Acesso em: 05 maio 2010.

SOARES, Luiz Antônio Alves. O enfoque sociológico e da teoria econômica no ordenamento territorial. In: ALMEIDA, F. G. de.; SOARES, L. A. A. (Org.). **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 61-83.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 324 p.

SOLINÍS, Germán. O que é o território ante o espaço? In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 265-287.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

Recebido para publicação em 12/01/2015

Aceito para publicação em 10/04/2015